

Artigo

UM NOVO VELHO MODELO NO NOVO MUNDO: A REPÚBLICA RELIGIOSA SECULARIZADA DA GIOVANNI ITALIA

Por Ricardo Cortez Lopes

Resumo:

Esse trabalho busca expor um dos projetos da modernidade política que fracassaram diante do modelo moderno vencedor após a queda do Antigo Regime. Este projeto seria o da república proposta pelo movimento *Giovanni Italia*, que foi exposto e defendido no contexto social da nascente República Rio Grandense Farroupilha pelo italiano Luigi Rossetti (1800-1840) nas páginas do jornal "O Povo" (1838-1840). Esta república, no entanto, não se assentaria na secularização da esfera pública, como ocorreu historicamente no processo de formação da grande maioria dos estados modernos. Apreendemos e sistematizamos esse modelo a partir da Teoria das Representações Sociais, coletando os dados no jornal com o objetivo de compreender a estrutura funcional dessa proposta republicana-religiosa. Assim, buscamos as representações sociais sobre os seguintes conceitos e apresentamos parcialmente alguns resultados da análise: a legitimidade do poder (deísta, e não emancipatória do ponto de vista individualista), o laço social democrático (pela fraternidade cristã), o modo como se processa a dinâmica social (pelo progresso do igualitarismo) e o papel da Religião (concebida como esfera autônoma do jogo político e que, coerentemente com a argumentação do autor, estava e não estava incluída no modelo ao mesmo tempo).

Palavras-chave: Modelo Republicano. Teoria das Representações Sociais. Modernidade Religiosa



Introdução

Émile Durkheim distingue, quando de suas considerações sobre o estudo do fenômeno moral, entre um “ser” e um “dever ser”: “a realidade moral, como qualquer espécie de realidade, pode ser estudada de dois pontos de vista diferentes. Pode-se tentar conhecê-la e compreendê-la. Ou, então, dispor-se a julgá-la” (DURKHEIM, 1970: p. 50). Entre o que seria de fato e o que se projetaria (emprestamos a expressão de Freud) de ideal para substituir o que seria um fato social. Esse trabalho trata um pouco de um “dever ser”: o de um modelo político que se buscou irradiar para o mundo a partir de um epicentro específico. Mais especificamente, essa pesquisa trata do projeto de república – o dever ser de uma república secular e ao mesmo tempo religiosa - nutrido por um ator político – o jornalista pertencente ao movimento *Giovanni*

Italia Luigi Rossetti (1800-1840) no jornal “O Povo” (1838-1840) – dentro de um epicentro específico – a nascente república farroupilha. Para o italiano, a república recém fundada estava se afastando dos ideais de sua agremiação política original, de modo que a maneira encontrada para trazer de volta esses ideais perdidos seria através dessa publicação jornalística.

Portanto, o foco desse trabalho será apreciar esse projeto a partir de algumas representações sociais

estruturantes deste, a saber: a) legitimidade do poder, b) laço social democrático, c) processamento da dinâmica social e d) papel da Religião. Essas representações sociais emergiram a partir da análise de conteúdo.

O movimento *Giovanni Italia* surgiu em uma conjuntura complexa da história italiana, situada no século XIX, em que a unificação territorial ainda não havia sido levada a cabo. Há, neste período, uma proliferação de sociedade secretas, entre elas a célebre Carbonaria, criada por Mazzini (que criou a Jovem Itália posteriormente). A sociedade Jovem

Itália (*Giiovanni Italia*), radicalmente republicana e nacionalista, vai estender seus tentáculos para uma série de países, entre eles o Brasil (LEITMANN, 1985, p. 100). A primeira manifestação oficial dela em território brasileiro foi no Rio de Janeiro, onde houve uma seção (na qual Rossetti conheceu a causa farroupilha).

Aproximadamente 50

italianos mazzinianos juntaram-se às forças farroupilhas (LEITMANN, 1985, p. 105), esperançosos de que a revolução republicana popular espalhasse-se pela América a partir da província gaúcha. A república, na perspectiva desse movimento, não se legitimaria politicamente na liberdade do homem como indivíduo, mas sim no homem como uma criação divina que precisa ser igual aos seus irmãos –igualitarismo que não proviria da noção de um contrato social (PANERAI, 2009, p. 24). Ou seja, é o Estado que serviria a uma



Lenço Farroupilha

finalidade religiosa, e não a religião que administraria o Estado.

A separação da esfera pública da esfera privada

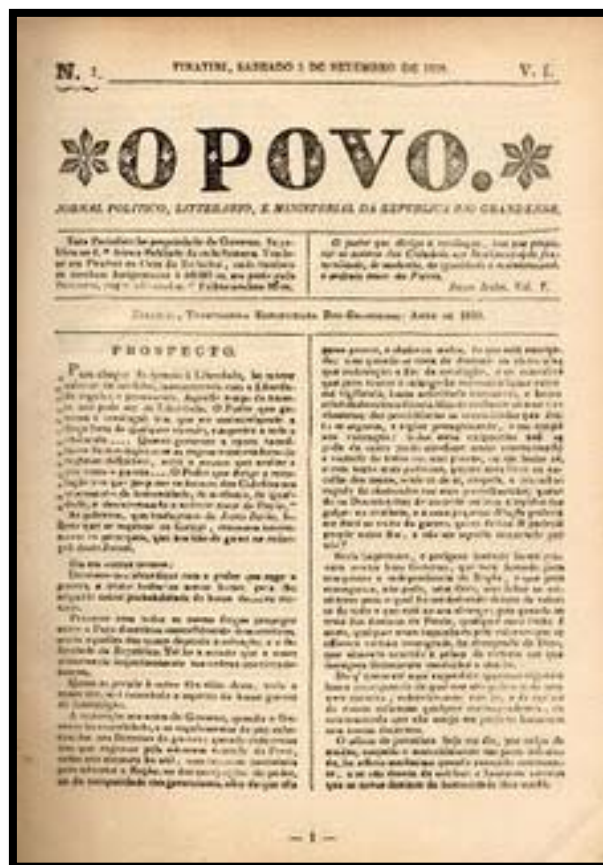
A política moderna se caracteriza pela sua tentativa ostensiva de se autonomizar do campo religioso (HERVIEU-LEGER, 1999: p. 41), como demonstra a concepção de privatização da religião. A partir daquele momento, criar-se-ia uma esfera pública, objetiva e laica, espaço de circulação de ideias, e uma esfera privada para cada um dos cidadãos, subjetiva e de celebração religiosa. Dentro da discussão sobre modernidade e tradição, essa nova concepção tornou-se base para a formulação de diferentes teorias da secularização, tomadas a partir daí de uma perspectiva historicista.

A discussão sobre o laicismo (vital para se discutir o avanço do processo de secularização) adquiriu contornos decisivos quando do advento da Revolução Francesa, após o Iluminismo (CIPRIANI, 2012: p. 16). Dentro do clima de derrubada do Antigo Regime, muitos intelectuais empreenderam um esforço no sentido de fundar uma nova moral que pudesse dar início a um princípio de coesão, capaz de integrar os indivíduos em uma sociedade moderna não baseada na religião

católica como fator aglutinador dos diferentes atores. Uma série de projetos de secularização do espaço público foram formuladas no bojo desta conjuntura social específica, de modo que este breve artigo tentará expor uma dessas propostas, o do jonalista Luigi Rossetti. O projeto que foi o “vencedor”, e que muitas vezes é confundido com a própria concepção de laicismo é aquele que diz que a religião é uma atividade privada, de modo que diz respeito apenas ao indivíduo, e que busca romper radicalmente com a religião (SANCHIS, 2001: p. 38). Não é o que observaremos na proposta que analisaremos.

Representações sociais¹

Nesta seção vamos definir o conceito de representações sociais, ancorados em Denise Jodelet, Mary Jane Spink, Maria Manuel Baptista e Serge Moscovici. A teoria de Representações Sociais visa analisar modalidades de conhecimento prático dirigidas para a comunicação e para a compreensão do contexto social. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos tais como imagens, conceitos, categorias, teorias - mas que não se reduzem aos seus componentes



¹ Não vamos referenciar as obras dos autores da Psicologia Social por conta da falta de espaço

cognitivos. Ou seja, segundo Spink, são maneiras representacionais socialmente compartilhadas estruturantes e estruturadas, de se explicar o mundo revestidas da dinâmica própria que envolve os mecanismos do meio social, criando, assim, uma realidade comum, segundo Batista. Vamos chegar à essas Representações através da técnica de Análise de Conteúdo. Nossa análise será temática, e procederemos a partir da categorização em volta de determinadas unidades de significação, que serão as que estarão expostas no começo de cada sessão.

Legitimidade do poder

A questão da legitimidade é abordada em duas dimensões pelo jornal: a) como o que já é e vai permanecer e b) como o que foi e está sendo substituído. O poder que é legítimo aos olhos de Rossetti é o poder que emana da fraternidade cristã, e dela se origina a democracia igualitária, ilustrativa da maior dignidade humana possível. Esse é o poder estável, pois respeita a Lei Natural divina. A pesquisa completa dá conta que o que está em jogo é um conflito contra a figura do rei absoluto, que traria a legitimidade para a sua figura pessoal e desviaria a prática política do verdadeiro centro de sua imanência: Deus, cultuado através do exercício da Igualdade (daí o nome do jornal, “O Povo”). A nobreza também seria um traço de distinção de berço que afetaria essa igualdade entre os seres humanos, que é um projeto intrinsecamente moderno (TAYLOR, 2010: p. 26).

No dia 20 de setembro lançamo-nos n'uma carreiras muito mais vasta, muito maior do que talvez se pense. Quando proclamamos o systema democrático, já não foi huma simples luta pela independencia que assumimos; desde aquelle momento entramos nas fileiras do exercito humanitário, e a nossa causa tornou-se a causa de todos os homens (O POVO, 1838, p. 108)

Esse trecho se refere a dimensão (a). Aqui é possível perceber que a luta pela democracia é igualitária e leva em consideração o interesse de todos os homens de maneira igual. É, portanto, avessa a privilégios, que chamaremos, provisoriamente, de “privilégios nobres”.

“**Justo** José Vieira, cazado, com filhos, ja naó existe! Huma partida de 16 ferozes **ladroes**, **assassininos pertencentes a [ilegível] sujeita e imunda que se intitula legal** [grifos meus].” (O Povo, 1838, p. 483). Neste trecho, é possível se apreciar (b). “Ladrão” seria o não-democrático, pois seria usurpador (na medida em que utiliza da força para desequilibrar a distribuição de posses justas), “assassininos” (pois também se utiliza da força para impingir uma morte violenta a alguém, que tornaria uma morte não legítima, pois seria realizada por devoção a uma figura pessoal).

Côncios de seus crimes, e da vendita nacional que os espera [refere-se aos monarquistas], indignamente tem lançado aos braços de mercenários estrangeiros, e para comola [provavelmente “cúmulo”] da ignomia e de eterno opobriu, conseguiraó da camara temporária permisaó para engajar **hordas** destes janizaros, e como na América naó poderão encontrar homens que **degradem a sua razão** a ponto de combater **montões de cadáveres**, terão sem dúvida de recorrer à **caduca Europa**, e he desta que **novos vândalos conduzirão a escravidão e a morte aos filhos do novo mundo** (O Povo, 1838, p. 149)

Ainda há referência a (b). Há um anti-nacionalismo por parte dos não-democráticos, que apenas se curvam aos desejos egoístas do soberano. Por isso são “hordas” que “degradam a sua razão”, e que, por isso, utilizam-se da sua violência, o que

gera “cadáveres”. Talvez por conta das Reformas Protestantes, a Europa se mostra caduca, em oposição ao novo mundo, que pode ser algum vento de renovação ao estar longe desses movimentos políticos.

uma uniformidade baseada na cooperação, e não na competição narcísica entre tiranos.

“Vimos rotos os liames da **sociabilidade**, violadas **todas as suas leis**, enthronadas a violência, coroado o delicto, e a virtude nos ferros”(O Povo, 1838, p.



*Em hum de nossos números anteriores expozemos parte de nossos pensamentos sobre a **relação natural que existe entre a actual luta da republica rio grandense contra o império dos argentinos contra o malvado Rosas**. Patenteamos nossas ideias como **homens do povo**, como **homens da liberdade**, como **homens que simpathisaó com todos os que arvoraó o pendão da igualdade tenha o nome que tiver a terra em que nascerão** (O POVO, 1838, p. 563)*

Neste trecho, há (a) e (b). Há, em (b) um império regido por outro líder pessoalizado, no caso Rosas, que é “malvado”. No sentido (a), há a liberdade e a igualdade independente do local de nascimento, o que reforça o igualitarismo (e a meritocracia).

*Hum throno não pode aqui subsistir – he uma mancha que todos devemos concorrer para apagá-la. A época em que as republicas do sul tem de **convergir em um só centro** já a entrevemos, e bem depressa chegará – o tempo dos impérios e dos reis pode se considerar acabado. (O POVO, 1838, p. 109)*

Em (b), podemos ver que o trono produz fragmentação dos centros de poder, com impérios e reis. No sentido (a): as repúblicas, ao se focarem em Deus (e por extensão no ser humano), trazem

15). Novamente, (b): a Lei, que é decorrente do consenso entre os cidadãos, não pode querer ser respeitada pelo tirano, o que degradaria a sociabilidade.

Laço social democrático

Uma vez estabelecida a legitimidade do sistema democrático igualitário (calcada na ideia de Deus), passa a ser importante que esta se estabeleça segundo uma Lei Natural. O laço social é como se fosse uma repetição do laço realizado entre Deus e a humanidade (HERVIEU-LEGER, 1997: p.55) entre os próprios homens. Isso só pode se realizar com a destruição das heresias dos outros sistemas, para que se possa purificar novamente a prática política. Portanto, há uma espécie de evolucionismo, obviamente o cristão no sentido de conhecimento da doutrina cristã.

[...]bater e diperçar algum grupos inimigos que vagavao pelos matos dos campestres e rolante: elles prevenidos da entrada de nossa força haviaó feito 3 emboscadas, as quaes

apenas carregadas se puserão em precipitada fuga deixando armamentos e outros objetos que atestão o seu terror (O POVO, 1838, p. 563)

O terror aqui pode ser entendido por duas vias. O terror que os soldados inimigos sofrem por parte do tirano; ou o terror como a falta de fibra em situação de combate por não se estar lutando por uma causa justa, daí a fraqueza na vontade. É, portanto, um arquétipo de não repetição.

“Rio-grandenses! Dirigi ao **céu [céu]** sinceros votos de gratidão por tervos livrados dos **abutres** que correm o Brasil! Vós sois o **povo por deos escolhido para salvá-lo** [salvar o Brasil]!” (O POVO, 1838, p. 387). O Céu é o intermédio dos votos direcionados a Deus. A batalha é contra os “abutres” (e o abutre é um animal que não busca o confronto com suas presas). O laço social se estabeleceu verdadeiramente entre o povo rio grandense por esse ser escolhido por Deus para iniciar a execução de sua vontade.

*A hum simples golpe de vista se patenteia o despotismo atroz e tyrannico que opprime o malfadado Brazil: as sympathias que nos merece esta desditosa nação, de que outr’ora fizemos parte; sua **tendência ao systema democrático** que havemos jurado; a surda guerra que simultaneamente nos fazem **detestáveis e torpes luzitanos**, sobre tudo a intima convicção que a antolha á feliz época em que o **laço federeal com indissolúvel nó ligará todo o continente brasileiro**; tão sagrados e respeitáveis títulos impelem nos a tomar parte nos males que dilaceraó e oprimem ao brasileiros livres [...]” (O POVO, 1838, p. 149)*

Portanto, até aquele momento, há um depotismo tirânico, que provém dos “detestáveis e torpes luzitanos”. A tendência ao sistema democrático do Brasil (a partir do Rio Grande do Sul) conduz o continente brasileiro a uma época em que se estabelecerá um laço federal como consolidação

dessa disposição (na expressão emprestada por nós de Pierre Bourdieu).

Publicar de preferência artigos de doutrina, propagar princípios, apregoar as virtudes que devem ornar a **alma do verdadeiro republicano**, educar finalmente, se nos he permitida à expressão, nossos concidadãos ao **novo modo de política** (O POVO, 1838, p. 19)

Há uma alma genuinamente republicana (que se constrói pela educação, e não pela cegueira causada pelo tirano) que é capaz de compreender o novo modo da política, que remete a adoção desse laço.

Processamento da dinâmica social

A dinâmica social é a descrição das consequências da adoção ou não da Aliança com Deus. Há uma situação anterior que pode ser descrita a partir de alguns fatos e uma situação posterior da mesma monta. Essa dinâmica é ilustrada pelos acontecimentos que serão descritos em seguida.

*Que monumento de **degradação, immoralidade**, e depravação tem o governo do Brasil transmittido às gerações futuras, no segredo de enviar ao tûmulo o **innocente fructo da fraqueza humana**!!!! Quando e em que tempo se imaginou o meio de Mattar crianças por via das mamadeiras! Santo Deus: consintis, e tolleraes ainda que **monstros** que mandão, e aos **escravos** que obedecen ordens taes” (O POVO, 1838, p. 302)*

A situação da ausência de Aliança se prolonga através de acontecimentos como esse da morte das crianças em orfanatos: degradação, imoralidade. Isso porque há monstros que mandam e escravos que os obedecem.

Unamo-nos [referindo-se a República Rio-Grandense e às Repúblicas do Rio Prata] para fazer frente ao despotismo, que contra nós arremessa o reino da escravidão! Hum dia,

humana hora só de perplexidade nos pode perder! Attentai no procedimento da corte do Brasil, na sua impotencia e arrogância, e decidi-vos!!!” (O POVO, 1838, p. 108)

A Aliança permite que se perceba a situação e se faça frente à toda essa injustiça, o que desenrola o processo de luta. Esse seria o inimigo a ser batido: o reino da escravidão, o cindimento do Brasil, a impotência e a arrogância.

Combatendo pela independencia vingávamos as injurias e as perseguições aturadas, que suportamos sob a dominação de um governo tirânico: combatíamos unicamente por nos; mas apresentando-nos a face do mundo, como republicanos, novos deveres nos éráo impostos: já naó éramos uma simples associação de homens, que cansados de sofrer levantando-se em um momento de desespero contra seus opressores – offereciamos nos ao contrario como huma sociedade de homens livres, como um povo de irmãos incubidos de uma missão solenne de civilização e de gloria. (O POVO, 1838, p. 108)

A partir daí, inicia-se a descrição do levante daqueles que se rebelaram contra os seus opressores: já não era uma batalha localizada (a de associação de homens), mas uma batalha pela civilização, pelo projeto universal, um povo de irmãos.

A época em que os princípios democrático humanitários deviao espalhar-se em todo o nosso continente era chegada, e o altíssimo fazia ensoberbacer os tiranos, e os homens, para que indignados levantássemos o braço, que tão poderosamente tem cartigado os prepotentes que antepõem obstáculos ao seu progressivo desenvolvimento (O POVO, 1838, p. 109)

A percepção da existência da Aliança concomitou com o ensoberbecimento divino da natureza dos tiranos. Iniciou-se o progressivo desenvolvimento dessa dinâmica de aumento do laço de solidariedade.

Papel da Religião

Deus, como já pudemos observar, pode ser considerado como o centro de imanência da democracia republicana proposta por Rossetti. A religião que deriva desse culto é considerada (a) como interior a prática política (pois a fraternidade é a celebração mais endêmica dessa religião) e (b) excluída ao mesmo tempo, pois ela pode ser deturpada para conferir poder a uma linhagem nobre.

“nenhum fructo da fatricida, e brutal guerra que contra nós tem injustamente sustentadi aquelle governo inhumano, e os dissecados meios que deve contar para continuá-la [...]” (O Povo, 1838, pg. 225). Aqui é possível se perceber o sentido (b). O governo não-democrático é inumano por conta da adoção deturpada da religiosidade, que concede poderes sobrehumanos ao tirano, que não se preocupa com a humanidade, e sim com o seu ego.

“Hum estabelecimento dessa espécie [a Igreja], considerado em si mesmo, vem a ser uma **mera chama de instrucção**; porque o seu fim principal he a comunicação e a conservaço do dogma, e da moral na sua verdadeira pureza” (O POVO, 1838, p. 387). Neste trecho, é possível perceber a separação entre religião e estado, a característica principal da política moderna. A Igreja deve permanecer em sua dimensão moral, e não na dimensão política. Esta seria a dimensão excludente da religião (a).

Nos o temos proclamado a face de Deos e dos homens, e cumprimeros a promessa – os homens são iguaes e irmãos – toda a humana família tem uma mesma origem. Mas Deos, dando-nos uma linguagem diferente, e colocando-nos em diferentes pontos da Terra, confiou a cada Nação huma missão igualmente diferente, porém harmonizante afim de concorre-mos accordes nos diferentes meios de desenvolvimento (O POVO, 1838, p. 108)

É possível perceber a fundação das nações decorrendo da missão dada por Deus, e não por conta da vontade de algum tirano específico. Nesse caso, a religião acaba sendo incluída na política, pois é através do dogma da igreja que se mantém a fraternidade que dá a imanência do sistema político. E sem essa imanência, a Aliança se esvai, pois os cidadãos se desumanizam e se submetem a autoridades ilegítimas.

Conclusão

Este trabalho procurou mostrar as representações sociais sobre a justa governança de um jornalista pertencente ao movimento Jovem Itália que participou física e ideologicamente do conflito farroupilha, buscando-se essas representações através da análise de conteúdo.

A chamada Revolução Farroupilha instalou uma república no Rio Grande do Sul. Todavia, o “referencial teórico” desta, que Rossetti esperava que fosse ser seguido pelos formadores da república, efetivamente não foi seguido e mantido, mesmo que o jornalista propagasse em seus escritos que efetivamente o fora. Portanto, há aqui um exercício interessante de Rossetti: convencer através de seus escritos que o caminho a seguir era aquele tanto para aliados quanto para inimigos, pois o perigo da fuga desses ideais seria a volta ou o reforço do mando monárquico-nobre, tão danoso para a dignidade humana.

Ricardo Cortez Lopes é Licenciado e Bacharel em História e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). rshicardo@hotmail.com

Referências

- CIPRIANI, Roberto. A Religião no Espaço Público. In: ORO, Ari, STEIL, Carlos Alberto. A Religião no Espaço Público. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- DURKHEIM, Émile. Sociologia e filosofia. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. Croire en modernité: au-delà de la problématique des champs religieux et politiques. In: MICHEL, Patrick (org). Religion et Démocratie: nouveaux enjeux, nouvelles approches. Paris: Albin Michel, 1997.
- LEITMAN, Spancer. Revolucionários Italianos no Império do Brasil. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Império. Passo Fundo, RS: Méritos, 2006.
- MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Documentos interessantes para o estudo da Grande Revolução de 1835-1845, 1º volume: O Povo, 2º volume: O mensageiro, O americano.
- PANERAI, Fernanda Bitencourt. A presença de elementos políticos da Jovem Itália no periódico O Povo 1838-1840. Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção de grau em Licenciatura em História. 2009.
- SANCHIS, Pierre. Desencanto e formas contemporâneas do religioso. In: Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 3, n. 3, p. 27-43, oct. 2001
- TAYLOR, Charles. Uma era secular. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.